

# A crise mundial, as possibilidades do Brasil e o PT: Texto preparatório para a Plenária Nacional da DS



## A crise mundial, as possibilidades do Brasil e o PT

Este texto pretende alimentar o debate para compreender o momento atual e, portanto, ser útil para a nossa militância política e social.

Para a Democracia Socialista, tendência do PT, esse texto, de acordo com a decisão da X Conferência Nacional, abre o processo de preparação da Plenária Nacional, a ser realizada no final deste ano.

Depois da nossa X Conferência, realizada em julho do ano passado, o PT realizou seu 4o Congresso estatutário, em setembro. O congresso foi marcado por alterações muito favoráveis ao modelo de partido que defendemos e aprofundou sua análise da situação internacional, caracterizada como uma crise do capitalismo neoliberal. Dentro dela, avaliou a situação brasileira, o nosso governo e propôs iniciativas políticas.

Considerar esses avanços e as novas questões postas nesse andar da conjuntura é o propósito desse texto, elaborado com base no debate da Coordenação Nacional da DS, realizado em 9 de março.

Leia o texto abaixo ou baixe o arquivo [aqui](#).

### 1. A situação internacional

Em nossa última Conferência caracterizamos o momento internacional como expressão de uma grande crise do capitalismo e buscamos caracterizá-la como crise do neoliberalismo. Com essa maneira de identificar sinais particulares da crise capitalista atual, buscamos destacar o fim de uma hegemonia longa – de cerca de 30 anos. Essa afirmação, que fizemos em julho de 2011, parece mais clara e confirmada hoje.

A crise eclodiu em 2008, como crise financeira nos EUA e se expandiu para os demais países centrais. Foi respondida com uma maciça intervenção dos Bancos Centrais desses países para o salvamento de bancos privados – gerando um forte impacto nas dívidas públicas – no conhecido processo de socialização pública dos prejuízos privados. Essa contenção provisória e problemática não implicou em mudanças de fundo no direcionamento das economias centrais e, por isso mesmo, não significou uma reversão do processo de

aprofundamento da crise. Em 2011, a crise entrou em uma segunda fase, passando a atingir as dívidas de governos nacionais, chamadas “soberanas”, das quais a mais explosiva é a da Grécia. Em outro movimento conexo – e em processo – vem ocorrendo a passagem da crise financeira à crise da economia real, com redução da renda e do emprego e, em certos casos, contração da atividade produtiva. Essa dinâmica atinge principalmente a Europa, com a exceção da Alemanha.

Estas três dimensões da crise – a origem e concentração nos países centrais, a ampliação da crise das finanças à dívida pública e à produção, e a sua já expressiva duração sem perspectiva de reversão a curto prazo, dão contornos de uma crise estrutural.

Ao par de maior estudo sobre esses acontecimentos, sua discussão precisa ser condicionada a dois entendimentos:

O primeiro, já destacado pela nossa Conferência, é de que nem toda crise produz uma saída progressista. Ao contrário – para lembrar a crise de 30 do século XX – pode resultar em barbárie, como foram o nazismo e a II Guerra Mundial. O marxismo-revolucionário nunca interpretou esses momentos históricos de forma mecânica e nunca os subestimou, porque produzem efeitos de larga duração e modificam as condições das lutas de classes. E porque as lutas que se travam nesses momentos, as posições conquistadas (ou perdidas) e as perspectivas que se formam a partir delas, vão incidir na formação de um novo período histórico. Trata-se de momentos de formação de novas épocas históricas, nas quais se delineiam conjunturas diversas, mas subordinadas a um conjunto de fatores permanentes. Um bom exemplo dessa tradição de interpretação e de intervenção é a posição de Trotsky na crise de 30, criticando duramente o stalinismo, que não percebia a ascensão do nazismo e a mudança estrutural que a crise produzia.

O segundo entendimento, que devemos destacar agora, é que o fim de uma longa hegemonia não a substitui imediatamente por outra. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, cujas características estão em disputa por várias forças, há uma transição crítica. Esse tipo de processo aconteceu em duas viradas históricas: em 30 e no final dos anos 70 do século XX. Em nenhum deles o final de uma hegemonia transformou-se em nova automaticamente. Durou anos e mesmo décadas, em meio a grandes conflitos internacionais e nos interior dos países. Para o Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna de luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso do país. Em 30, assentam-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos 80, desenvolve-se a maior construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional. Agora, depois da hegemonia do “pensamento único” é muito provável uma fase prolongada de construção de alternativas.

O pior cenário é o de descobrir, anos ou décadas depois, que o momento da disputa passou. Aqueles que só consideram o fim de uma longa onda capitalista quando a nova já começou, não têm o que dizer justamente no momento mais crucial de definição de oportunidades históricas.

Essa avaliação do caráter da crise ainda deve ser melhor esclarecida e aprofundada pela análise dos fatos que ocorreram no último ano – e que estão em curso – especialmente o mergulho da crise europeia, a difícil retomada norte-americana, o aprofundamento da via brasileira e a relativa autonomia do espaço latino americano e ainda a relativa e problemática autonomia chinesa. Esses fatos já indicam elementos característicos da situação: a perda progressiva de unidade da globalização, a diferenciação progressiva do mundo.

A crise do neoliberalismo implica em mais do que a crise de um programa e de uma hegemonia política – o que já não é pouco. Afinal, não existem programas hegemônicos sem bases reais, materiais. Implica, portanto, também em perdas significativas para o seu motor – que é o capital financeiro internacional – e em redução real da globalização. Nesse sentido parece ser adequado afirmar a crise como novos bloqueios e impasses da globalização financeira. Ela se revela na desvalorização de ativos financeiros (nos EUA e Europa, sobretudo), na crise crescente das moedas de referência (dólar e euro), na dificuldade de evitar uma dinâmica contagiosa e auto-destrutiva de crise financeira, enfim, na incapacidade da “superestrutura” política

construída pelo neoliberalismo para governar a expansão do capitalismo, centrada em sua dimensão financeira.

O cenário internacional de crise e indeterminação traz consigo contradições monetárias no que se refere à instabilidade do dólar. Por um lado, o dólar ainda ocupa uma posição largamente predominante nas transações realizadas nos mercados cambiais do mundo, tanto nas operações comerciais quanto nas financeiras; por outro lado, não é desprezível a diversificação de moedas utilizadas nas transações cambiais internacionais nos últimos anos. Uma outra ambiguidade importante diz respeito à acumulação de reservas internacionais.

O fortalecimento macroeconômico dos países em desenvolvimento se expressa, dentre outras formas, no volume de reservas internacionais. Entretanto, parte significativa dessas reservas tem sido acumulada em dólares e/ou em títulos da dívida pública americana. Sendo assim, o mesmo elemento que endossa o aumento relativo de poder dos países em desenvolvimento reitera, provisoriamente, o poder internacional da moeda americana. Nesse contexto, as reservas internacionais têm permitido um maior raio de manobra da política econômica dos países em desenvolvimento, o que deixa evidente a existência de possibilidades para a construção de uma inserção externa mais soberana. Mas, na medida em que parte significativa dessas reservas é acumulada em dólares e títulos americanos, observam-se dois movimentos: por um lado, a mudança na posição ocupada pelos Estados nacionais emergentes que acumulam reservas de forma crescente e, por outro lado, certa reiteração do papel central desempenhado pela moeda americana.

A crise do neoliberalismo explicitou a íntima relação entre Estados e capitais financeiros internacionais, exponenciada pelo longo período de ataque neoliberal às organizações da classe trabalhadora. As políticas e medidas de combate à crise foram marcadas nos países centrais pela injeção de liquidez e pela emissão monetária, revelando a utilização do dinheiro público como forma prioritária de salvaguarda das riquezas privadas.

Em seqüência, os mesmos atores financeiros que recorreram à aliança com o Estado e aos recursos públicos para minimizar os impactos da crise financeira iniciada nos EUA, criticaram o Estado e os déficits públicos em que incorreram. A defesa de políticas monetária e fiscal restritivas atingiu o paroxismo: as próprias instituições democráticas burguesas, já pouco representativas, foram afrontadas, como nos casos exemplares de Grécia e Itália. Se a etapa americana da crise já havia revelado a aliança entre Estado e financistas, a etapa européia da crise explicitou a sobredeterminação dos interesses rentistas sobre os interesses públicos e sobre a própria democracia, revelando a forma “pura” do Estado como comitê executivo dos interesses dominantes, didaticamente explicada no Manifesto Comunista.

Um ponto fundamental é vincular essa dimensão mais propriamente econômica da crise internacional com a crise dos Estados centrais (a dos EUA em especial, mas também a colocação em questão da continuidade da União Européia). Isso confere uma dimensão crítica mais ampla à crise, como expressão da incapacidade de hegemonia das finanças. Abrem-se tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para trilhar caminhos singulares e próprios, abertos pela crise, com a criação de zonas com um grau de autonomia maior face ao neoliberalismo e ao imperialismo.

A crise ainda não implicou, no entanto, em deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados de “centrais”, mas esses deslocamentos se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América Latina.

Esse cenário ainda difuso e desigual levou alguns a questionarem a ideia de crise do neoliberalismo sem, no entanto, oferecer uma explicação melhor. Analistas críticos desde uma perspectiva reformista tenderam a definir a crise como um problema de regulação e, no máximo, como crise financeira (“esquecendo” que, dada a hegemonia das finanças, conferida pelo neoliberalismo, essa crise tinha necessariamente um caráter sistêmico). Outros, à esquerda, buscaram a caracterização genérica de crise do capitalismo, o que – como toda generalização – permite quase todo tipo de conclusão, desde as mais defensivas (e imobilistas) até as que esperam a catástrofe final.

Tudo indica que abre-se uma transição para um novo período histórico com mais diferenciações entre os setores da economia mundial, entre as iniciativas das forças sociais e políticas relevantes, com lutas e processos decisivos que vão moldar, ainda, um novo período do capitalismo. Nesse sentido, estaríamos na primeira conjuntura internacional de um novo período, com diversas possibilidades abertas, não só de avanço para a hipótese de recomposição socialista – o que pode se dar na América Latina e, talvez, em outros espaços – mas também de retrocessos ultraconservadores em outros lugares, como parece ser o risco na Europa.

Sem descartar uma hipótese de regressão a formas de barbárie, cujos sintomas estão à mostra, o campo mais provável é o de um enfraquecimento das posições liberais e conservadoras, impasses prolongados das alternativas ao neoliberalismo no campo burguês e aberturas de espaço para a esquerda, inclusive com possibilidades para uma refundação de sua identidade.

A posição do Brasil nesse contexto é singular por uma conjunção de fatores sociais e políticos. Ainda que com muitos problemas orgânicos e ideológicos, nossas organizações da classe trabalhadora, em especial o PT e a CUT, mantiveram continuidade e se fortaleceram; Ainda que com muitos direitos a recuperar e a conquistar, a classe trabalhadora vem se fortalecendo pelas políticas de emprego e elevação do salário dos nossos governos; Ainda que tendo muito a ser superado, pela terceira vez consecutiva, o PT lidera o governo central com uma construção ativa, dentro do país e internacionalmente, de uma alternativa ao neoliberalismo.

## **2. A dinâmica da revolução democrática brasileira**

Nossa X Conferência colocou a ideia de uma revolução democrática no “centro da tática”. É importante que agora façamos uma concretização maior dessa proposta. E que deixemos mais claro o seu sentido de aprofundamento e mudança de qualidade política da construção de um caminho brasileiro, alternativo ao neoliberalismo, sob hegemonia do socialismo democrático.

Na reflexão do PT, a ideia de uma revolução democrática no Brasil toma corpo nas eleições de 1994. As Bases do Programa de Governo daquele ano tem como título “Uma Revolução Democrática no Brasil”. Suas diretrizes propõem: “As propostas que o PT apresentará em seu Programa de Governo-94 apontam para transformações de caráter democrático e antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas, que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder.” Essa ideia já estava presente no 8º Encontro Nacional (1993), onde se propôs uma visão “transicional-alongada” como fio condutor do projeto, que é ... “parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou no passado o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos.”

O contexto dessas formulações era a iminência de ganhar a Presidência da República. Até então, a ideia construída (em torno da disputa presidencial de 1989), era a de que a conquista do governo central pelo PT, baseada na mobilização da classe trabalhadora e depois de longo período de ditadura, deveria abrir um processo rápido de mudanças dentro do qual o nosso partido atuaria para direcionar a solução de conflitos sociais previsíveis rumo a conquistas de caráter transitório ao socialismo.

Em uma situação diferente de 1989, quando concebíamos um processo rápido e concentrado de conflitos sociais em direção a uma transição ao socialismo, 1994 inaugura uma visão processual de mudanças na direção do socialismo através de uma revolução democrática. Essa mudança correspondeu à mudança dramática da cena mundial, com amplos deslocamentos a favor do imperialismo. Mas é preciso ressaltar que mesmo mudando sua visão de processo de desenvolvimento da luta de classes no Brasil, nosso partido manteve a perspectiva socialista: uma revolução democrática em direção ao socialismo, agora em um processo longo.

Essa foi a última teorização do PT ligando a conquista do governo central e o desenvolvimento de uma estratégia de transformação social, política e cultural. Uma estratégia onde mudanças cumulativas e rupturas na ordem capitalista apontam numa direção socialista.

Depois, em 1998, 2002, 2006 e 2010, não se expressou mais, de forma explícita, esse vínculo estratégico no programa partidário, o que consideramos forte recuo político.

É justamente para retomar esse fio da meada que resgatamos a proposta de uma revolução democrática – com perspectiva socialista – no Brasil.

Dirigindo o governo central pela terceira vez e enfrentando vitoriosamente a crise do neoliberalismo, aprofundamos a revolução democrática no Brasil. O PT, mesmo com as elaborações programáticas do 4.º Congresso, ainda não abriu um novo tempo de elaboração estratégica condizente com a experiência política que está em curso. Contribuir para isso é uma tarefa central.

Em nossa X Conferência, destacamos o eixo central dessa revolução democrática e social: a construção de uma alternativa ao neoliberalismo, dirigida por um partido que se inspira no socialismo democrático.

Assinalamos então os diversos aspectos ou dimensões daí derivadas e que cabe atualizar:

– A dimensão internacional, que hoje adquire um caráter mais claro de forçar o deslocamento do centro dinâmico da economia internacional para fora da hegemonia dos EUA e Europa, com o avanço da formação da Unasul, dos Brics e de novas instituições econômicas internacionais. Essa dimensão adquire mais centralidade com a crise do neoliberalismo em escala internacional. Isso porque uma alternativa ao neoliberalismo não se completa em um só país. Com muita evidência para os países governados por programas alternativos ao neoliberalismo, o Estado nacional retoma elementos de soberania política e econômica, derrubando mais um mito construído pela ideologia neoliberal – o de que o Estado nacional teria perdido sua função. Isso não quer dizer que a alternativa ao neoliberalismo deva restringir-se à defesa do espaço nacional, embora, naturalmente, ela deva ser realizada. Nossa alternativa vai além do nacionalismo e requer a combinação da soberania nacional com a construção de novas relações políticas e econômicas alternativas à ordem imperialista moldada pelos EUA no pós-guerra e que foi adaptada ao neoliberalismo, hoje em crise.

– A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (i.é, não subordinado aos bancos privados) e voltado para a defesa da moeda, um BC contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas também para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso terceiro governo e é um dos seus mais importantes avanços.

– Em conjunto com o fortalecimento do setor financeiro estatal (BNDES e bancos públicos) devem ser reforçados o planejamento, a direção e a capacidade de ofertar serviços públicos e de organizar atividades econômicas estratégicas sob caráter público. Esse sentido deve prevalecer cada vez mais no processo de acumulação (investimentos públicos e privados). A redução do poder do capital financeiro permite ao Estado mais presença na condução do desenvolvimento econômico.

– Sempre defendemos que um maior fortalecimento do Estado deve vir junto com sua maior democratização e maior afirmação do seu caráter público. Na esfera econômica, isso significa afirmar e construir a supremacia da eficiência pública, planejada e democratizada, sobre a eficiência privada, muitas vezes baseada na apropriação de fundos públicos. Ainda que setores privados se beneficiem da reorientação econômica em curso, esse processo não é – e não deve vir a ser – capitaneado por esses setores. A relação de força a ser construída deve ser a de subordinação do capital privado ao poder político, econômico e financeiro do Estado, que por sua vez deve ser democratizado na sua estrutura.

– Estancamos o processo de privatização neoliberal. Essa diretriz deve ser aprofundada no fortalecimento econômico mas também no caráter público, democrático e nacional das empresas estatais. Suas associações com empresas privadas – as eventuais concessões de serviços públicos – devem ser delimitadas, específicas e, sobretudo, subordinadas à rigorosa gestão pública. Além disso, o Estado deve ser capaz de ampliar a oferta de serviços públicos diretamente. Seria extremamente danoso supor um maior rendimento de serviços públicos sob gestão privada, em geral financiada com recursos públicos. O mito da eficiência privada já está bastante desmoralizado pela crise do neoliberalismo. Trata-se agora de construir outro modo de gestão, que seja pública, desburocratizada, “desclientizada” e eficaz na satisfação das necessidades do desenvolvimento;

– A construção de um mercado interno de massas aliado à soberania econômica e política do Brasil, impulsionando o crescimento econômico junto com distribuição de renda, elevação do salário e do emprego é inseparável da construção de uma nova matriz produtiva nacional e uma nova estrutura agrária democratizadas, eficientes e sob comando do planejamento público, com sustentabilidade ambiental.

– A construção de um Estado de solidariedade social, feminista e multiétnico, com igualdade de acesso aos bens culturais e sociais, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição da renda e da propriedade, deve resultar em elevação da qualidade e extensão das políticas sociais e de promoção da igualdade.

Tal processo só pode se completar e, ao mesmo tempo, mudar de qualidade, se sua dimensão propriamente política expressar uma refundação democrática do Estado brasileiro, baseada na democracia participativa e na supressão do seu caráter liberal. Esse ponto nodal, ao mesmo tempo resultado convergente de várias dimensões da revolução democrática e diretriz presente em cada uma delas, representaria a mudança de qualidade do processo de construção de uma alternativa ao neoliberalismo e conquista da hegemonia do socialismo democrático. A compreensão dos caminhos que podem conduzir a esse momento estratégico é o nosso maior desafio.

### **3. O PT e a revolução democrática**

O 4o Congresso estatutário expressou uma maioria partidária a favor de mudanças que tornaram o PT o partido de esquerda mais democrático do mundo. Esse fato é decisivo porque mostra, mais uma vez, o potencial transformador e as raízes proletárias do nosso partido. Sua colocação em prática é um desafio difícil, mas alimentado por razões realistas.

Direito de tendência, auto-sustentação financeira, unidade com pluralismo, caráter de massas e de militância, igualdade de gênero na direção, diversidade étnico-racial, afirmação da juventude. Qual partido de esquerda, no mundo, expressa essa vontade? Tivéssemos outros e poderíamos iniciar o debate organizativo de uma nova Internacional socialista.

Entre a situação atual e a utopia recém desenhada pelo 4o Congresso deve existir um caminho, que é preciso traçar. O 4o Congresso em certa medida indicou a superação dos blocos internos de poder em prol de um projeto partidário socialista e democrático. Ainda não sabemos se será possível realizá-lo no próximo PED, mas devemos dar passos nesse sentido.

Em primeiro lugar, nos dirigindo a todo o partido e colocando esse debate de conjunto, desde a estratégia política até a construção partidária. Estamos abertos ao bom debate!

Em segundo lugar, propomos um reposicionamento da Mensagem ao Partido, a quem endereçamos também essa contribuição, visando uma conclusão comum. Esse reposicionamento deve significar debates de conteúdo, considerando a conjuntura de embate eleitoral, hoje prioritária, e iniciativa para debater com todos os setores partidários visando a construção de uma nova direção coerente com o 4o Congresso e com a luta pela revolução democrática sob uma perspectiva socialista. Nesse sentido, devemos procurar para esse debate, os novos agrupamentos de militantes, dirigentes partidários, parlamentares e a chamada “sociedade

civil petista”.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, questionamos o chamado “campo majoritário” como anacrônico. Sua existência enquanto tal bloqueia o bom debate e, sobretudo, a formação de uma nova direção possível (e necessária), sem prejuízo das boas interlocuções que temos com diversos de seus setores e individualidades.

#### **4. O PT nas eleições**

O Partido dos Trabalhadores vive, em todo país, um período intenso de mobilização e também de diálogo para composição da política de alianças nas eleições municipais. Fazemos esse debate com a força de quem governa o país pelo terceiro mandato consecutivo, além de cinco estados e centenas de municípios.

A respeito da política de alianças, vem da segunda etapa do 4o Congresso do PT, nossa mais sólida posição: O PT não deverá realizar alianças com o PSDB, o DEM e o PPS. Esses partidos organizam a oposição ao nosso projeto político representado pelos dois governos do presidente Lula e pelo governo da presidenta Dilma.

Destacamos três eixos estruturantes do programa municipal do PT: a gestão democrática e participativa, o desenvolvimento sustentável e a promoção da igualdade e da inclusão social.

No primeiro eixo, defendemos que uma administração da qual o PT dirija ou faça parte não pode abrir mão das nossas valiosas experiências de democracia participativa, de transparência e de controle social. São exemplos disso o Orçamento Participativo, as conferências temáticas, os congressos da cidade, os fóruns municipais, os conselhos temáticos e de direitos, bem como a relação de diálogo, respeito e valorização com os(as) servidores(as) públicos. Quando colocamos a população no centro das decisões estamos estimulando a consciência política, fortalecendo a cidadania e criando laços de solidariedade dentro de um processo de mudança de qualidade da democracia.

No segundo eixo, estabelecemos a necessidade de planejamento do espaço urbano e rural, estimulando as vocações regionais, fortalecendo o conceito e as práticas de economia solidária, da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, bem como o incentivo à adoção das chamadas tecnologias limpas, dentro de um amplo conceito de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais renováveis. Aqui, abrangemos desde os projetos habitacionais ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, até a gestão e controle público sobre os serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No terceiro eixo, abordamos as dimensões da construção da igualdade e da inclusão social. A defesa da igualdade passa pelo compromisso histórico de nosso partido de erradicar os nefastos efeitos dos séculos de domínio de uma cultura patriarcal, machista, racista e homofóbica. Para tanto, nossos governos têm o dever de garantir os mecanismos necessários para a implantação das políticas públicas que coloquem no devido patamar as dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e de geração. Reafirmamos aqui o nosso compromisso de combater todas as formas de preconceito, discriminação e violência.

Aqui estão nossas bandeiras históricas de cumprimento dos mínimos constitucionais para a educação e a saúde, de investimentos na rede de educação infantil, de políticas públicas efetivas para a juventude. Também completam este leque, as políticas de geração de emprego e renda, de descentralização da cultura, de valorização do patrimônio histórico cultural dos nossos povos, de inclusão digital no campo e na cidade e da garantia de acessibilidade nos espaços públicos. Fundamental também destacar o compromisso com um projeto de segurança pública cidadã, que tenha em seu cerne a participação das comunidades e o caráter preventivo das políticas em supremacia às ações repressivas.

Acreditamos que o conjunto de compromissos aqui proposto nos permitirá construir alianças programáticas, superando práticas tradicionais de mera divisão de espaços. Ao nos apresentarmos com o nosso programa

estamos reafirmando o PT como um partido de esquerda, socialista, democrático e mostrando que temos lado e nitidez política.

Esta é a nossa oportunidade de evidenciar à população que não pactuamos com amontoados de legendas, mas que construímos aliança de projeto. Um projeto que queremos que seja coletivo e com a participação efetiva da cidadania. É por este conjunto de motivos que temos o orgulho de afirmar que onde o PT governa dá certo.